A bandeira sueva do Reino da *Gallaecia* revista

Tomás Rodríguez Fernández
Dirección Xeral de Patrimonio Cultural - Xunta de Galicia

Resumo
Em datas recentes uma reconstrução da bandeira sueva do reino da Gallaecia teve certo sucesso, no que se refere à sua difusão. A juízo do autor deste trabalho a bandeira que se tem difundido contém erros devidos a uma transcrição parcial e deficiente da fonte. Com base no relatório original, e atendendo a critérios históricos e antropológicos, este artigo propõe uma outra interpretação que recolhe contextualmente tanto os dados descritivos do documento como uma visão reintegradora no quadro específico da cultura tradicional galaica.
Palavras chave: Reino Suevo – Bandeiras – Mitologia – Identidade – Galiza – Portugal – Heráldica – Idade Média.

Suebic Flag of *Gallaecia*'s Kingdom Revised

Abstract
A reconstruction of the flag of the Suebic Kingdom of Gallaecia has recently succeeded in its diffusion. The researcher responsible for this text understands that this restored flag contains errors due to a partial and deficient transcription of the source. Taking the original text as a point of departure, and paying attention to historical and anthropological criteria, this article proposes another interpretation that collects, contextually, not only the descriptive data of the document, but also a (re-)integrated vision into the specific frame of Galician traditional culture.
Key words: Suebic Kingdom – Flag – Mythology – Identity – Galiza – Portugal – Heraldry – Medieval Ages**.**

Receção: 30-08-2011 / Admissão: 13-09-2011 / Publicação: 01-09-2012
RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, Tomás: "A bandeira sueva do Reino da *Gallaecia* revista", *Agália. Revista de Estudos na Cultura*. 102 (2010): 221-241.

1. Os antecedentes e a oportunidade da revisão

No ano 1993 o governo da Galiza (a Xunta de Galicia) reedita o livro de Pablo Pérez Constanti, fac-similar original de 1927, intitulado *Notas Viejas Galicianas*. Aqui, no capítulo chamado "La Ofrenda del Reino de Galicia a la Catedral de Lugo" são transcritos alguns fragmentos do documento em que se baseia o presente artigo. A transcrição que contém este livro, além de incompleta, carece também das anotações marginais, que são de grande interesse. O parágrafo em que se descreve ligeiramente a bandeira do reino suevo aparece na página 30. Esse mesmo ano de 1993 Clodio González Pérez publica o seu livro *A Coca e o Mito do Dragón* e faz uma interpretação do descrito no documento que obvia a preexistência do cálice ao interpretar que o Graal substitui o dragão e o leão; sem dúvida cai neste erro por manejar uma transcrição incompleta e carente de notas marginais, pois no documento fica evidente que o que se traslada para o campo do pendão não é o cálice (que já estava), senão a hóstia, que antes permanecia dentro do "basso sacramental, oculta", ou se o preferirmos, a hóstia não era representada no brasão. Ademais este autor comente um erro de transcrição (erro ausente na obra de Pérez Constanti, 1993: 30) ao escrever "ni sobre el cáliz" (González Pérez, 1993: 45), quando o texto original diz: "si sobre el cáliz" (em oposição a "no dentro del basso sacramental") (*apud* Eiras Roel, 2001: 488). Por outro lado, uma nota marginal que ele desconhece (por não ter sido transcrita por Pérez Constanti) põe em claro que antes do concílio de Lugo de 569 o brasão tinha a hóstia dentro do Graal, como corresponde à gente pia, e que depois deste concílio (em data desconhecida) foi que se decidiu tirar a hóstia para fora do copão. Uma vez publicada esta evidente incorreção, começou a espalhar-se de jeitos diversos, bem através de publicações impressas (Barbosa, 2006: 7)[1], bem por diversas páginas da internet, e também com a edição e venda de bandeiras em teia e autocolantes. Assim, isto provoca definitivamente que esta bandeira esteja

1 - O autor herda o erro de Clodio González e, nessa página 7, traduz "ni" para "nem", quando o original de Juan Velo diz "si" (sim).

já nesta altura certamente difundida. Mercê a este processo converteu-se em negação aquilo que em origem é uma afirmação reiterada e, deste jeito, desaparece do brasão o Graal; numa sucessão de causa-efeito, quase desenfreada, o troco duma simples letra devém em mudança significativa, na transformação dum símbolo nacional.

O ânimo deste artigo é achegarmos uma outra interpretação mais demorada e que leve em conta não só o texto original íntegro segundo foi publicado no ano 2001 por Eiras Roel (486-491), mas que também analise aspetos históricos e antropológicos.

2. O documento. Relatório de dom Juan Velo do ano 1669

O documento amentado está datado em 14 de Janeiro de 1669, e no seu teor o cabido da sé de Lugo envia para a Junta do Reino de Galiza um relatório onde se defendem as razões polas quais cumpre dotar com um donativo anual para luminárias a capela em que é custodiada a hóstia, sempre visível fora do cálice. Esta renda anual, ou oferenda, é conhecida como "oferenda do Reino da Galiza" e teve a sua origem neste feito. Para encostar esta demanda o cabido encomendou um relatório que foi redigido polo doutor dom Juan Velo, magistral de púlpito da sé catedral lucense.

O doutor Velo faz ressaltar o feito absolutamente invulgar, excecional, de que em Lugo a hóstia consagrada esteja permanentemente exposta no altar. Segundo o seu argumentário isto é assim, primeiro, devido à grande antiguidade do reino cristão da Galiza, do qual assinala em nota marginal que foi "el primero Reyno christiano y aun el primero del mundo de los que militan devaxo de la bandera de Christo con título de Reyno" (*apud* Eiras Roel, 2001: 491); e continua a dizer que desde esses tempos recuados no reino da Galiza mantém-se a ortodoxia, pois já nos primeiros momentos houvo uma luta eficaz contra hereges, arianos e priscilianistas, de jeito que nunca mais voltou o reino para atitudes heréticas. Põe de exemplo o concílio de Lugo do ano 569, convocado polo rei suevo Teodomiro para confirmar a fé católica do Reino da Galiza. Neste contexto, Juan Velo afirma que mesmo, devido a essa ardente fé, o reino modificou as suas armas, e escreve (*apud* Eiras Roel, 2001: 488):

> De aquí tubo prinçipio y se originó borrar el dragón berde y león roxo (armas de los Reys suevos que al tiempo tenían en este Reyno su Corte) y trasladar al dorado campo del escudo de sus armas la ostia, no dentro de basso sacramental, oculta (como mal pensaron historiadores modernos), sí sobre el cáliz o de manifiesto en su custodia en claro testimonio y memoria eterna del ardor christiano y cathólico corage con que este Reyno gallego defendió la presençia de Christo señor nuestro en la ostia conssagrada. Que si las armas y divisas son las que aclaman las azañas, en lid tan sagrada mereció Galiçia el lustre mayor de las suyas labradas en la assitençia de las Cortes de tan antiguo conçilio con emulación devota de otro qualquiera Reyno, por no poder blassonar ninguno de mejor timbre en su escudo, que aunque de todos por la subjeçión a la fee ynsignia de este Reyno es singular, y por tan propia y espeçial con radicado derecho a prohivirla al escudo de otro Reyno en sentir de clássicos autores y jurídicas deçissiones hablando de la marca propia de qualquiera artifiçe, armas de fundadores de capillas y señores del directo domínio.

E em nota marginal, referida a este parágrafo, acrescenta (*apud* Eiras Roel, 2001: 488):

> Sus armas como de gente pía, una hostia dentro de un cáliz. Acuña supra, tomando o Reyno de Galiçia a mesma hostia e caliz por armas e brazao de su nobreza o que nau fez outro Reyno de Castilla. Ferrer lib. 1, ca. 22 que desde el conzilio quedó la costumbre que se conserba en aquella yglesia de estar siempre el Sanctíssimo Sacramento descubierto y tomó por armas el Reyno de Galiçia su sagrada ymagen como la trae oy en día que tan antiguas como esto son las de aquel Reyno.

Nestes dous parágrafos o doutor Juan Velo descreve o pendão antigo (que ele supõe dos reis suevos e do qual desconhecemos a fonte que utiliza) e mais o coevo do seu tempo, e amostra como foi feita a passagem dum para o outro:

1. Suprimindo o dragão verde e o leão roxo/vermelho
2. Transladando para o campo do escudo a hóstia; e teima em que a hóstia foi tirada para fora do cálice, que não fica dentro, porque foi este reino o que defendeu a presença de Cristo na hóstia consagrada desde tempos muito antigos.

Nestes parágrafos do relatório aparecem vários elementos do brasão antigo que o autor atribui a tempos do reino suevo: 1) campo dourado; 2) um dragão verde; 3) um leão roxo/vermelho e 4) um cálice com a hóstia oculta. Juan Velo achega também o resultado do brasão moderno, coevo do autor: 1) campo dourado e 2) um cálice com a hóstia fora, facto extraordinário (o de ostentar a hóstia visível) que nenhum outro reino pode exibir nas suas armas.

O autor não indica quando foi modificado este brasão antigo, mas podemos deduzir do seu argumentário que essas mudanças teriam sido realizadas depois do concílio de Lugo de 569, ou em datas próximas posteriores. Contudo, convém assinalar que não se conhece nenhum outro documento, quer gráfico quer escrito, que desenhe um brasão como o que se deduz do conteúdo deste texto.

A partir destas informações é possível fazer uma interpretação retrospetiva que permita realizar um desenho de como teria sido este brasão ou bandeira, mas, por força, este desenho não passará de ser uma interpretação contemporânea, uma espécie de bandeira reintegrada para o século XXI. Para trilhar com rigor este caminho será preciso, por uma parte, ajustar-se ao contido do texto no referido aos elementos presentes no brasão; por outra parte, devemos ser conscientes de que estas normas eram inexistentes na época medieval, e que a sua explicitação foi realizada aproximadamente mil anos depois do reino suevo. Para interpretar este

documento e podermos ter uma ideia cabal do pendão do reino suevo, devemos atender ao contexto histórico medieval, tanto de modo diacrónico como sincrónico. Outro aspeto, para nós fulcral, é que a simbologia resultante do brasão tenha sentido do ponto de vista tradicional galaico e que esta simbologia tenha presunção de antiga, polo menos nos seus elementos constituintes. Isto importa porque, em essência, a tradição oral é genealogicamente sucessora da medieval, tanto pagã como cristã, o que nos provê dum quadro interpretativo e cognitivo adequado. Deveremos, portanto, lançar mão da tradição e de conhecimentos etnográficos e antropológicos específicos do NW Ibérico, quer dizer, galaicos. Finalmente, como em qualquer investigação histórica que pretenda ser rigorosa, devemos fugir da reflexividade, devemos ser conscientes de que as nossas convições e crenças pessoais vão estar sempre presentes, latentes, no exercício de reconstrução e que, portanto, devemos fugir delas quando for preciso.

3. Interpretação reconstrutiva do brasão

3.1 As cores:

Uma das primeiras considerações que devemos fazer do texto do doutor Juan Velo é a referida às cores. Ele fala de "dorado", "berde" e "roxo" para o campo, o dragão e o leão respetivamente. Convém assinalar agora que a indicação dum nome certo a uma cor concreta é uma questão cultural muito variável, amplamente documentada na antropologia e objetivo de inúmeros estudos; devemos ter isto presente porque o doutor Velo é uma pessoa culturalmente galaica que exprime os seus conceitos numa língua diferente, a castelhana, reservada quase em exclusiva naquela altura para os usos formalizados. Entre o galego e o castelhano existe proximidade fonética para as palavras *roxo* [ˈroʃo] e *rojo* [ˈroxo], mas estão referidas a cores distintas em cada um dos idiomas, e isto deve ser considerado para determinar que cor é *roxo*. Ao lado disto, observamos que estes três nomes não se correspondem estritamente com as denominações heráldicas que esperamos achar num texto erudito do século XVII, como é o presente do doutor Velo.

"**Dorado**": É a cor do ouro, nome que em heráldica se corresponde com o amarelo intenso. Outras denominações heráldicas para esta cor são: or, jalde, sol e topázio. Portanto a cor aludida com esta palavra é "dourado", amarelo intenso.

"**Berde**": A cor verde em heráldica é conhecida como sinopla, vénus, esmeralda ou vert. Verde não é um termo heráldico. Ao mesmo tempo devemos ter presente que a cor verde está referida a um dragão e que, por um lado, as recolhas etnográficas sempre assignam a cor verde a dragões e cocas. Além do mais, contamos com a referência do Marquês de Ávilés (1725: 138-139), que indica que os suevos traiam por brasão um dragão verde[2]. Portanto, podemos convir em que a cor do dragão é verde, ou de sinopla.

"**Roxo**": Roxo, ou *rojo* em castelhano, não é nenhuma denominação de cor heráldica, por isso aqui é onde a margem de interpretação é maior. Não podemos ter a certeza imediata de que cor está a referir o doutor Velo quando escreve "roxo", se o roxo galego ou o *rojo* castelhano (vermelho). Devido à castelhanização das falas galegas, e ao processo aculturador que isto implica, as denominações castelhanas para esta gama de cores foi sobreposta sobre as denominações galegas, provocando confusão; assim os pares *roxo/rojo*, *vermelho/bermejo* e *ruivo/rubio* apresentam proximidade fonética mas referem cores discretas distintas, ainda que todas duma mesma gama. Por isso resulta dificultoso traduzir com certeza este termo num autor galego deste período que escreve em castelhano. Neste caso deveremos atender ao contexto e advertir que o que é "roxo" é um leão que faz parte dum brasão dum reino, do antigo da Galiza, ou Gallaecia. Será pertinente, portanto, fazer um breve apontamento sobre os leões que aparecem nos brasões da Europa medieval, nomeadamente na Península Ibérica.

2 - No apartado referido ao "escudo y armas de los reyes de España", o Marquês de Aviles e Iturbe (1725: 138-139; grifo nosso) afirma textualmente que "los REYES SUEVOS, que reynaron en España á la parte de Galicia en los años de quatrocientos y doze de nuestra Redempción, traian por Insignias en sus Escudos (ó como entendemos por Armas) un Dragon verde. *Rodr. Men. Sil. Poblac. de Esp. fol. 262*".

Achamos leões representados neste contexto nas armas dos reis de Galiza, Leão, Aragão, Inglaterra, Escócia ou Saxónia entre outros; em todos eles, exceto na Galiza e em Leão, a cor frequente e quase única para o leão é o vermelho (gules); mas na Galiza e em Leão os leões dos brasões dos reis são roxos, da cor que em heráldica chamam púrpura. Considero assim, a jeito de hipótese, que a cor que refere o doutor Velo para o leão do brasão galaico é o roxo, o que em heráldica é púrpura; ele seria, portanto, um leão púrpura.

3.2 As figuras

As figuras que achamos nos brasões têm uma significação simbólica diversa, podem narrar acontecimentos míticos ou históricos, façanhas, ou podem também fazer referência a aspetos e virtudes da pessoa, família ou reino que representam. Em qualquer caso, o uso de símbolos (e cores) é um aspeto culturalmente pautado e, portanto, a significação simbólica das figuras do brasão e a sua leitura, discreta primeiro e conjunta depois, deve ser exprimida baixo as claves da cultura galaica, entendido o termo cultura do ponto de vista antropológico.

O dragão: Segundo Cuba Rodríguez (1999)[3], na terminologia da mitologia tradicional o ser que se corresponde com o dragão é uma serpe voadora. Como as serpes míticas medram indefinidamente, durante a sua longuíssima vida nascem-lhes pés, asas e conchas na cabeça: acabam sendo dragões. São muito semelhantes à Coca, Tarasca, Bicha, Cobra ou Culebrão; em Asturias e Cantábria é o Cuélebre; de jeito que todos estes seres são variações dum mesmo protótipo: o dragão. A imagem gráfica que for desenhada deve respeitar este esquema tradicional de serpe alada com duas patas ou braços.

Documentamos dragões, por exemplo, a guardar as entradas do Pico Sagro (Vedra e Boqueijom, Corunha), como custódios do tesouro e do paço da rainha Lupa. Neste caso, trata-se de duas mouras que foram

3 - Valemo-nos, na redação desta epígrafe, das entradas "Dragón", "Serpe", "Serpe Alada", "Encanto", "Pico Sagro", "Raíña Lupa" e "Moura".

encantadas baixo esta forma de serpe, de dragão, e que, como em todos os encantamentos, têm um tempo para serem desencantadas; passado este tempo devem marchar para Babilónia, seguindo o curso de regatos e rios e, com elas, vai o tesouro que guardam. Frequentemente as serpes aladas, ou o culebrão, apresentam-se diante de moços nos locais onde estão a guardar o tesouro, saem com uma flor na boca (cravo ou rosa) e pedem um beijo do moço; se ele aceitar, vencendo a repugnância e o medo e beijando a serpe nos lábios (cousa que quase nunca acontece), o desencantamento fica desfeito e o dragão, ou culebrão, torna-se uma moça lindíssima, e o tesouro fica livre para ledice dos moços, que ficam namorados. Mas se o moço recusa beijar o dragão na boca, este pode tornar-se furioso e engolir o moço e o rebanho que muitas vezes guarda. Em geral, a mitologia galaica está inçada de transformações de moças em cobras aladas, em dragões, polo qual acostuma estabelecer-se uma relação de identidade metafórica entre o dragão ou a cobra e a mulher.

Portanto, atendendo à nossa tradição cultural, o dragão é um ser feminino, um guardião de tesouros, daquilo que tem valimento, um guardião do sagrado (pagão). Além disto, é uma moura encantada, representa a soberania feminina guerreira, capaz de mudar em mulher formosíssima se houver alguém capaz de ver a sua beleza baixo o seu aspeto feroz e terrível.

Na heráldica ou armaria antiga do NW Ibérico achamos o dragão (verde também) sobre as armas da casa real portuguesa num *conto para contar* dos tempos de Fernando I (1367-1383), e depois com João I (1385-1433), o primeiro da dinastia de Avis, aparece como timbre das armas reais o dragão verde, que seguiria a usar-se posteriormente e que será justificado na bibliografia deste jeito (Metelo de Seixas, 2010: 300): "*Por timbre a serpente de Moisés, para que todos saibam que Afonso Henriques, primeiro Rei de Portugal, viu realmente a Deus na Pessoa de Cristo crucificado, com as cinco chagas como as que depois recebeu na Batalha de Ourique*". Cumpre deixar anotada esta relação simbólica entre o monarca português e um dragão verde, que sustem e guarda as suas armas principais.

O leão: Nos brasões de armas o leão representa a força masculina, a coragem, a nobreza e a grandeza, simboliza o domínio e a proteção; a superioridade. O leão é uma das figuras mais usadas na armaria antiga, presente com muita assiduidade como signo pessoal dos reis. Também na época medieval nos sarcófagos é muito frequente ver figuras de leões esculpidas nos pés sobre os que assenta, a jeito de guardiães do nobre morto. Na Galiza medieval o brasão do rei era com frequência um leão roxo passante, antecedente do atual leão rampante do brasão da região de Leão.

Segundo o reportado por Sánchez Badiola (2010) o primeiro rei galego – de que temos constância documental – que usou o leão como símbolo régio é Afonso VII (1126-1157), numa altura em que outros monarcas europeus estão a fazer o mesmo: Henrique o Leão de Saxônia (1129-1195), Guilherme o Leão da Escócia (1165-1214), Ricardo I de Inglaterra, Coração de Leão (1186-1199); sendo a representação heráldica mais antiga dum leão a dos selos de Waleran de Meulan (c.1136) (Sánchez Badiola, 2010). Porém a associação simbólica entre o rei e o leão é muito mais antiga, pois já Isidoro de Sevilha estabelece esta identificação nas suas *Etymologiae u Originum sive etymologiarum libri viginti* (XII, 2, 3), escritas entre os anos 627 e 630. Portanto, ainda que não tenhamos constância documental gráfica sabemos que na Gallaecia existia desde antigo essa identidade simbólica entre o rei e o leão.

Como apontámos, a primeira referência gráfica na heráldica galaica a este animal é a de Afonso VII, e desde ele os restantes monarcas galegos aparecem associados ao leão; ainda que estes primeiros animais não seguem as normas da heráldica pola simples razão de que estas não tinham sido fixadas. Nesta altura a figura do leão adapta-se ao campo, e assim pode ser passante ou rampante segundo apareça em quadros horizontais ou verticais; se bem em geral aparece como um leão passante e é a única figura que aparece no brasão, ou nas moedas e selos, para representar o rei.

Na catedral de Santiago foi elaborado um documento excecional que permite conhecer como foi mudando o símbolo pessoal dos reis galaicos: o *Tombo A* permite observar que a cor não estava em primeiro mo-

mento fixada (cfr. as Figuras 1 e 2), pois varia entre o vermelho, roxo e dourado, ainda que finalmente a cor escolhida fosse o roxo, púrpura ou violado, tal como aparece por vez primeira na representação de Fernando II (1137-1188) (Figura 1). Mais tarde este leão, em principio signo pessoal do rei como possuidor dum território concreto, passará para as armas do reino de Leão e depois de Castela e Leão, mas mudando com o tempo a cor de roxo para vermelho. Esta associação entre leão e púrpura, com evocações imperiais, é recolhida polo marquês de Avilés; quem assinala também que o púrpura pode ir sobre cor ou metal (ouro ou prata), mas neste segundo caso é só privilegio real (Avilés e Iturbe, 1680: Tomo II, 200-203).

Em relação direta com o que vimos de indicar, e por partilhar um mesmo contexto cultural, nas lendas e contos tradicionais o leão aparece como parceiro do guerreiro, acompanhando-o bem como nome dum cão, bem como o próprio animal. De jeito muito específico a associação entre homem e leão é evidente noutras narrações como, por exemplo, no conto tradicional das montanhas de Canaã, em que o herói masculino, mediante o uso dum objeto mágico (logrado mercê a sua capacidade para bem julgar) muda em leão para estabelecer combate contra um dragão. A luta entre leão e dragão eterniza-se durante dias e dias porque em força, coragem e fereza ambos os dous são equivalentes e não há vencedor possível; contudo, neste conto o herói-leão precisará da ajuda feminina para desequilibrar as forças e vencer o dragão. Parece, portanto, que o leão representa o herói masculino, a proteção pola força e a nobreza, a justiça e soberania guerreira masculina: o rei.

Achamos evidente, então, que o leão é o símbolo da soberania masculina, do rei como guerreiro e juiz. Esta associação está documentada desde o século VII e já desde o XII se torna manifesta. Também fica claro que a cor que primeiro se documenta (e que depois se fixa) para este leão

4 - Um leão roxo escuro passante é representado no pé da lâmina em que aparece o rei, porém o leão desenhado no escudo que leva o rei é rampante e dourado.

é o roxo (púrpura; Figura 2), sendo neste sentido como devemos interpretar a cor aludida no texto de Juan Velo.

O cálice: Se nos casos dos animais anteriores as relações simbólicas eram estabelecidas mediante a metáfora, no caso do cálice estas relações simbólicas provêm da sinédoque e da metonímia. O cálice representa o próprio Cristo, pois segundo a mitologia cristã nessa copa sacramental esteve contido o corpo e o sangue de Cristo, transmutado em tais essências desde o pão e o vinho por intervenção divina. Pouco se poderá dizer que não seja sabido da significação do cálice para o mundo cristão. Porém, o cálice como recipiente mágico não era alheio na mitologia de raiz céltica, como a da Gallaecia. A associação de equivalência, ou de relação genealógica, entre o caldeirão mágico e o cálice ou Graal é evidente, por exemplo, no ciclo artúrico ou nos relatos galeses do Mabinogion. Nestas narrações míticas o Graal herda as virtudes que possuia o caldeirão de Dagda, como objeto capaz de ressuscitar ou curar os heróis ou também o recipiente de que nunca se acabam as viandas, uma espécie de corno da abundância. Na Gallaecia este caldeirão está representado no diadema de Monhes (Marco Simón, 1994; García Quintela, 1999), em que se observa uma processão de cavaleiros e infantes armados num ambiente aquático (que representa a porta de acesso ao Outro Mundo) no qual se incluem aves e peixes. Os guerreiros levam caldeirões, o que lhes permite ficar no mundo dos vivos e não ultrapassar a porta que os deixaria no mundo dos mortos. Esta representação é semelhante ao que aparece no caldeirão de Gundestrup e nas estelas do sudoeste da Península Ibérica. Neste sentido o cálice tem no caldeirão um antecessor que simboliza e outorga a vida eterna.

4. O brasão dum reino: um dragão, um leão e o cálice.

Antes de continuar julgamos importante pôr aqui um conceito fulcral referido ao direito de uso dos emblemas territoriais na antiguidade medieval. Os emblemas que representavam um território só podiam ser usados por quem tivesse a posse efetiva sobre ele, o seu governo. Assim, quando o rei perde o governo dum território perde também o direito a usar as "ar-

mas" que o representam e, quando conquista um novo, incorpora no seu brasão a simbologia do novo território. Em essência o emblema não é territorial no sentido de que qualquer pessoa que more naquele território possa usá-lo, tal e como hoje fazemos; mas tampouco é estritamente pessoal, pois só pode ser usado entanto o utente seja rei. É, portanto, o emblema, o pendão, ou o brasão do reino no sentido soberano. Assim, como símbolo da soberania sobre um território, o seu uso está reservado em exclusiva para o monarca legítimo desse território. Quer dizer isto que, uma vez o território ao que se refere o emblema já não existe desde o ponto de vista da soberania, ninguém pode usá-lo; e este pode ser o caso da Gallaecia e deste brasão. Na altura em que chegam a nós os documentos escritos ou gráficos referidos à simbologia dos reis ou dos reinos medievais já o território soberano da Gallaecia antiga não existe; mas por isso não desapareceram as figuras simbólicas daquele antigo brasão e os reis de Galiza, Portugal e Leão seguiram a usar o leão roxo e o dragão verde como símbolo da sua soberania sobre uma parte daquela antiga Gallaecia.

Tendo em consideração tudo o dito nos parágrafos anteriores, referido aos elementos constituintes do brasão tomados um a um de jeito discreto, podemos fazer agora uma leitura interpretativa do conjunto e, ao tempo, propor um ordenamento espacial para as figuras no campo e um desenho para a bandeira.

Aparecem dous animais que representam a soberania, o dragão a feminina e o leão a masculina; ambos operam como guardiães e como defensores. Estes animais não lutam entre eles, senão que estão a custodiar o terceiro elemento: o cálice. Os dous trabalham em conjunto por serem complementares e pares, guardam e defendem o sagrado Graal, símbolo da cristandade mas também da abundância e de aquilo que dá a vida: o cálice que foi caldeirão. Se faltasse qualquer um dos três elementos o brasão perderia o seu significado cultural especificamente galaico, mas se faltar o cálice o conjunto careceria mesmo de significação, pois estes fabulosos guardiães não estariam a proteger nada; representaria por acaso uma peleja entre eles dous? Estaríamos então perante uma luta sem fim porque, como foi apontado, ambos os

animais funcionam como pares e iguais, são complementares e equivalentes.

Com as informações de que dispomos a dia de hoje não consideramos possível realizar um desenho reconstrutivo do brasão original que tenha uma mínima certidão de ser semelhante quer ao medieval quer ao que descreveu o doutor Juan Velo. Mas o que sim podemos fazer é um desenho reintegrado, interpretativo, desde e para o século XXI e que seja fiel à estrutura do antigo, respeitando as cores, as figuras, a disposição e a simbologia descrita acima. Assim, segundo a hipótese que defendemos neste trabalho, a disposição das figuras no campo deve ter em conta várias circunstâncias. A primeira é que se trata dum brasão de origem pré-heráldica, ou dum pendão que não estava sujeito nem afetado polas leis da heráldica e no qual, portanto, as figuras vão-se adaptar ao campo que as contém. Ao nosso juízo, nas interpretações anteriores da bandeira, nas quais está ausente o cálice (veja-se Barbosa Álvares, 2006), o feito de optar por colocar duas figuras rampantes num campo retangular de bandeira provoca um evidente desequilíbrio. Se forem duas as figuras, seguindo a lógica pré-heráldica altomedieval, deveriam estar em posição passante e colocada uma sobre a outra no campo retangular de bandeira. Mas considerando que na realidade são três as figuras o lógico é que sejam (ou fossem) figuras rampantes, ou batalhantes, colocando o cálice entre os dous animais, que estariam defendendo-o ou velando-o; adaptadas ao mesmo tempo ao quadro horizontal dum pendão ou bandeira. Se atendermos ao sentido da leitura, segundo as cita Juan Velo, de esquerda para a direita, a primeira figura será o dragão e depois o leão, idêntica disposição podemos observar no brasão de Coimbra, onde aparece o dragão verde conforme com as descrições feitas pola tradição oral galaica (Figuras 3 e 4); ficando ademais o leão na mesma posição em que ficou no brasão de Leão (veja-se Nunes 2003).

Na Figura 5, incluída para ilustrar o defendido neste artigo, optou-se por esta disposição. Nesta reintegração para os nossos dias do antigo pendão do reino suevo desenhou-se um dragão que pretende ser semelhante a uma serpe alada, com assas, duas patas e escamas; inspirado em animais semelhantes da heráldica moderna e, igualmente, no que figura no brasão de Coimbra. O leão parte dum modelo heráldico padrão, o leão caledónio da bandeira real

escocesa. Finalmente o cálice está inspirado no santo Graal do Zebreiro adornado com ondas e uma rosácea central. As ondas representam o mar, a porta de acesso ao Além. As nove ondas do vaso, agrupadas de três em três, querem representar o número da totalidade, da abundância do humano; as sete ondas do pé são também a totalidade, a perfeição do divino; entre elas, unindo-as, aparece a rosa ou rosácea de seis pétalas, que representa o equilíbrio entre a rosa que vira para a direita e a que gira para a esquerda[5].

Bibliografia

AVILES E ITURBE, J. de Avilés, Marqués de. *Ciencia Heroyca, Reducida a las Leyes Heráldicas del Blasón: ilustrada con exemplares de todas las piezas de que puede componerse un escudo de armas*. 2 vols. Barcelona: Imprensa de Juan Piferrer, 1725 (2ª ed. Madrid: J. Ibarra, 1780).

BARBOSA ÁLVARES, J. *Bandeiras da Galiza*. Ourense: Agal Universália, 2006.

CUBA RODRÍGUEZ, X. R. *et alii*. *Diccionario dos Seres Míticos Galegos*. Vigo: Edicións Xerais, 1999.

EIRAS ROEL, A. (dir.). *Actas de las Juntas del Reino de Galicia*, vol. VIII. 12 vols. Compostela: Xunta de Galicia, 2001.

GARCÍA QUINTELA, M. *Mitologia y Mitos de la Hispania Prerromana III*. Madrid: Akal. 1999.

5 - Segundo a tradição do NW ibérico o número nove representa o Tudo, a totalidade do que se faça ou do que se tenha no mundo humano; o sete é o mesmo conceito mas referido ao mundo perfeito do divino. Ao respeito das figuras que nós chamamos "trisquel" convém dizer que segundo manifestam os portadores da tradição, nomeadamente os carpinteiros, o seu significado é o seguinte: Quando a rosa (como se chamam na Galiza oriental) gira no sentido das agulhas do relógio, o que está dentro colhe força, volve-se viçoso, é por isso que se gravavam estas rosas nas portas e nas contras das cortes do gado ou das casas. Quando gira no sentido contrário mata o verme do grão na arca e no hórreo (canastro ou espigueiro), tira-lhe a força aos animais. De fazermos as duas rosas juntas teremos a rosa de seis pétalas, que equilibra ambas as forças e serve para compensar, se se quer, o excesso dalguma das outras duas.

GONZÁLEZ PÉREZ, Clodio. *A Coca e o Mito do Dragón*. Vigo: Ir Indo, 1993.

MARCO SIMÓN, F. "Heroización y tránsito acuático: sobre la diadema de Moñes (Piloña, Asturias)". *Homenaje a José M. Blázquez*. Vol 2. Madrid: Ediciones Clásicas, 1994. 319-348.

METELO DE SEIXAS, M. "El simbolismo del territorio en la heráldica regia portuguesa. En torno a las armas del reino unido de Portugal, Brasil y Algarves". *Emblemata* 16, Saragosa, 2010: 285-329.

NUNES, M. *O brasão de Coimbra*. 2ª ed. rev. aumentada. Coimbra: GAAC, 2003. 5 de Dezembro de 2008 <http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=60&Itemid=124>

PÉREZ CONSTANTI, P. *Notas Viejas Galicianas*. Ed. fac-similar. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1993 [1927].

SÁNCHEZ BADIOLA, J. J. *Las Armas del Reino*. León: Diputación de León, 2010.

Anexo

Figura 1. Representação de Fernando II (1137-1188) no Tombo A da catedral de Santiago.

Fonte: cedofeita.arcanaverba.org/comenta.htm

Figura 2. Representação de Afonso IX (1188-1230) no Tombo A da catedral de Santiago.
Fonte: http://wapedia.mobi/en/File:TumboA_Alfonso.jpg

Figura 3. Azulejo do brasão de Coimbra.
Fonte: http://www.public-art-sound.com/Audio-Site/Auto-oper2.html

Figura 4. Baixo-relevo antigo com o brasão de Coimbra.
Fonte: http://pedroflaviano.blogs.sapo.pt/285775.html

Figura 5. Proposta do pendão suevo do reino da Gallaecia, reintegrado para o século XXI.

Nota curricular

Tomás Rodríguez Fernández é etno-arqueólogo. Estudou arqueologia na Universidade de Santiago de Compostela e antropologia na UNED. Constituiu a primeira empresa galega de arqueologia profissional, onde trabalhou durante dez anos, alcançando quase uma centena de intervenções arqueológicas por todo o território galego, mas com especial dedicação na área de Compostela. Nestes últimos quinze anos foi inicialmente arqueólogo municipal de Noia (Galiza) e atualmente trabalha como arqueólogo da Dirección Xeral de Patrimonio Cultural da Xunta de Galicia. Tem investigado e publicado sobre o passo da Idade do Ferro para a Idade Média na Gallaecia, com atenção para o fenómeno religioso como metáfora significativa das mudanças culturais. Tem efetivado, durante anos, recolhas etnográficas no campo da cultura imaterial, a mitologia e a simbologia tradicional galaica, concentrando a sua atenção na documentação e análise dos processos cognitivos que conformam a Cultura. O seu âmbito de interesse atual é a documentação e transmissão do património imaterial do NW Ibérico.

Contacto

tomas.rofer@outlook.com